

Provisao e contingencia

Provisões e *contingências* o que a auditoria testa

Em ano de judicialização alta, a provisão para contingências vira estimativa de risco. Veja o que a auditoria testa no CPC 25 e por que a carta dos advogados é decisiva.

NORMA BASE

CPC 25 / IAS 37 · NBC TA 501
· NBC TA 505 · NBC TA 540

PÚBLICO

Controladoria,
contabilidade e comite de
auditoria

EDIÇÃO

Edicao tecnica

DATA

Agosto de 2026

Com o volume de disputas judiciais e administrativas em patamar elevado ao longo de 2026, uma conta que muitas empresas tratam como formalidade voltou ao centro do exame de auditoria: a provisão para contingências e a divulgação dos passivos contingentes. A regra contábil é conhecida, mas a aplicação é onde o julgamento pesa. A empresa precisa decidir, processo a processo, se a perda é provável, possível ou remota, e essa classificação define se o valor entra no resultado como provisão, se fica apenas na nota como passivo contingente, ou se não aparece. Quando o ambiente de litígio se intensifica, o risco de subprovisionar cresce, e é justamente aí que a auditoria aperta. Este artigo trata do que o auditor testa nessa estimativa e por que a evidência decisiva vem de fora da contabilidade, na resposta dos assessores jurídicos.

A norma de provisões determina que uma provisão seja reconhecida quando existe uma obrigação presente, resultante de evento passado, cuja saída de recursos é provável e cujo valor pode ser estimado de forma confiável. Se a saída é apenas possível, ou o valor não é mensurável com confiabilidade, não há provisão, e sim divulgação do passivo contingente na nota explicativa. Se a chance é remota, nada é registrado nem divulgado. A fronteira entre esses três estados é a essência do problema, porque ela não é um número objetivo, é um julgamento sobre o desfecho de disputas que ainda não terminaram. Empresas que querem estruturar esse controle antes do balanço encontram apoio na consultoria técnica contábil, que ajuda a montar a base de acompanhamento processual e a memória de classificação antes que a perda vire ajuste de auditoria.

Provisão e contingência

Resumo

01 A provisão é reconhecida quando a perda é provável

A provisão é reconhecida quando a perda é provável e mensurável; quando é apenas possível, vira passivo contingente divulgado na nota; quando é remota, não aparece.

02 A classificação entre provável, possível e remoto

A classificação entre provável, possível e remoto é um julgamento sobre o desfecho de disputas em curso, e é onde a estimativa concentra o risco de distorção.

03 A evidência central do auditor é a resposta dos

A evidência central do auditor é a resposta dos assessores jurídicos internos e externos, obtida por circularização, confrontada com a avaliação da administração.

04 O erro típico do ciclo de litígio alto é manter

O erro típico do ciclo de litígio alto é manter classificações antigas e valores desatualizados, subprovisionando causas que a evolução processual já tornou prováveis.

P	A
Completude	Todos os processos e autuações relevantes foram capturados?

P	A
Classificação	A chance de perda foi avaliada como provável, possível ou remota com base atual?
Mensuração	O valor provisionado reflete a melhor estimativa da obrigação?
Confirmação externa	Os advogados confirmam a avaliação da administração?
Divulgação	A nota descreve natureza, valor e incerteza dos passivos contingentes?

Reconhecimento e mensuração

Onde a estimativa concentra o risco

O risco não está distribuído por igual na carteira de processos. Ele se concentra nas causas de valor alto cuja classificação está no limite entre possível e provável, porque é exatamente ali que uma mudança de julgamento move um valor relevante de dentro para fora do resultado, ou o contrário. Uma causa trabalhista de valor pequeno classificada como possível quase não muda o balanço, mas uma disputa tributária de porte, ou uma ação cível relevante, que amadureceu ao longo do ano e teve decisão desfavorável em primeira instância, pode ter migrado de possível para provável sem que a contabilidade tenha registrado a provisão correspondente.

O erro mais comum em ciclo de litígio intenso é a inércia da classificação. A empresa monta a lista de processos no início do exercício, atribui a cada um uma chance de perda, e repete essa avaliação no fechamento sem reabrir o mérito de cada causa. Enquanto o processo evolui, com sentenças, acórdãos, novas teses e mudanças de jurisprudência, a classificação permanece parada no tempo. O resultado é uma provisão que reflete o risco de doze meses atrás, não o de hoje. O segundo erro é de mensuração: mesmo quando a classificação está correta, o valor provisionado às vezes ignora a atualização monetária, os juros do período e os honorários de sucumbência, subestimando a obrigação. O terceiro é de completude, o mais difícil de detectar, que é a contingência que a área jurídica conhece e o controle contábil não registrou, porque a comunicação entre o departamento jurídico e a controladoria falhou.

Circularização de advogados

A carta dos advogados é a evidência que sustenta a conta

A auditoria de provisões tem uma característica que a separa de quase todas as outras áreas do balanço: a evidência mais forte não está dentro da empresa, está na avaliação de terceiros que conduzem as disputas. Por isso o procedimento central é a circularização dos assessores jurídicos, a carta enviada aos advogados internos e externos pedindo que confirmem, para cada causa relevante, a natureza do processo, o valor envolvido, a fase em que se encontra e a avaliação de chance de perda. Essa confirmação externa é a peça que dá lastro à classificação da administração, porque vem de quem tem o conhecimento técnico do andamento processual e não tem interesse direto no resultado contábil.

O auditor não recebe a carta e a arquiva. Ele confronta a resposta dos advogados com a classificação registrada pela empresa e investiga cada divergência. Quando o assessor jurídico avalia uma causa como provável e a contabilidade a tratou como possível, há um provável subprovisionamento a esclarecer. Quando a administração não autoriza o envio da carta, ou quando o advogado não responde, o auditor enfrenta uma limitação de escopo que pode afetar a sua opinião, porque perdeu o acesso à evidência que sustenta a conta. A avaliação do desfecho de um litígio é um julgamento técnico jurídico, e o auditor não substitui o advogado nesse juízo, mas ele precisa obter e avaliar essa evidência para se convencer de que a provisão registrada, e a divulgação do que não foi provisionado, refletem a realidade das disputas na data do balanço. Sem a resposta dos assessores, a estimativa fica sem o seu principal ponto de apoio.

P	A
Provável	Provisão reconhecida no resultado pela melhor estimativa
Possível	Passivo contingente divulgado em nota, sem afetar o resultado
Remota	Sem provisão e sem divulgação
Não mensurável	Divulgação da natureza, mesmo sem valor confiável

Evidencia e documentacao

Implicações práticas para quem prepara o balanço

Para a empresa, a lição operacional é tratar o controle de contingências como rotina do ano inteiro, e não como levantamento do fechamento. Isso significa manter um cadastro de processos que dialogue de fato com a área jurídica, atualizar a classificação de cada causa relevante quando há decisão ou mudança de fase, documentar a memória de cálculo do valor provisionado com atualização monetária, juros e honorários, e registrar por escrito a razão de cada classificação. Quando esse controle existe e é atualizado, a provisão nasce defensável e a carta dos advogados tende a confirmar a nota. Quando não existe, a empresa chega ao fechamento com uma lista desatualizada, o auditor recebe respostas jurídicas que não batem com a contabilidade, e o encerramento trava até que a divergência seja resolvida.

Para a governança, o recado é que a provisão para contingências é uma estimativa contábil relevante, sujeita à tentativa de gerir resultado. Classificar como possível uma causa que já é provável adia uma perda real e melhora artificialmente o exercício, e é justamente esse comportamento que a norma quer impedir. Um passivo contingente relevante omitido da nota, ou agregado em uma linha genérica que impede o leitor de medir a exposição, é falha de divulgação que pode afetar a opinião do auditor. A provisão não é um instrumento de suavização do lucro: é o reconhecimento de uma obrigação cuja perda já se tornou provável, e adiá-la apenas transfere o problema, com correção, para um exercício futuro.

Divulgação em notas

Caso anonimizado

Uma empresa de médio porte, com carteira relevante de disputas tributárias e trabalhistas, chegou ao fechamento com uma provisão para contingências praticamente igual à do ano anterior, apesar de o ano ter concentrado decisões desfavoráveis em algumas causas de valor expressivo. A lista de processos estava organizada e o valor total parecia consistente, o que dava a impressão de que a conta estava sob controle. Na circularização, porém, a resposta dos assessores jurídicos externos apontou como provável a perda de duas causas tributárias de porte que a contabilidade ainda tratava como possíveis, classificação herdada do exercício anterior e não reavaliada após os acórdãos do período. Refeita a análise processo a processo, com a chance de perda atualizada e o valor corrigido por atualização monetária e juros, a provisão necessária ficou significativamente acima da registrada. O ajuste foi reconhecido e a nota passou a separar as provisões constituídas dos passivos contingentes divulgados, com a descrição da natureza e da incerteza de cada grupo. O ponto central: a lista estava completa, mas a classificação estava velha, e só o confronto com a carta dos advogados separou o passivo provável do meramente possível.

Checklist do auditor

Como a MERC pode ajudar

A MERC audita e assessora empresas no ponto em que a provisão para contingências costuma falhar: a completude do levantamento, a atualidade da classificação e a qualidade da divulgação. Na auditoria independente, circularizamos os assessores jurídicos internos e externos, confrontamos a resposta com a avaliação da administração, testamos a mensuração dos valores provisionados e avaliamos se a nota permite ao leitor medir a exposição a passivos contingentes. Para quem quer estruturar o controle antes do fechamento, a consultoria contábil ajuda a montar o cadastro de processos integrado à área jurídica, a rotina de reavaliação das causas relevantes e a memória de cálculo das provisões. Para conversar sobre o seu caso, o caminho é o contato.

Provisao e contingencia

Perguntas frequentes

PRÓXIMO PASSO

Do requisito ao *teste* que o sustenta.

A MERC é firma de auditoria independente registrada na CVM, especializada em mercado financeiro. Estruturamos o trabalho do diagnóstico a evidência: leitura do requisito, desenho dos testes, trilha de auditoria e o relatório que sustenta a conclusão. Fale com a equipe pelo canal de contato.

SITE	www.mercgroup.com.br
CONTEÚDO	www.mercgroup.com.br/insights
E-MAIL	contato@mercgroup.com.br
TELEFONE	+55 11 98196 1447

Material técnico de apoio da MERC Group. Conteúdo de caráter informativo, sem constituir oferta de serviços a entidades para as quais a independência seja vedada. Exemplos genéricos, sem referência a instituição específica.